



MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL: de prática esportiva amadora a catalisadores de transformações nas cidades

**Aurineida Maria Cunha¹
Ingrid Melyna Dantas da Silva²
Thatiane Nunes da Silva³**

RESUMO

O artigo analisa a trajetória histórica dos megaeventos esportivos no Brasil. Como metodologia foi realizada pesquisa bibliográfica, que se fundamentou em autores que discutem o processo de mercantilização das cidades, as estratégias de *city marketing*, os megaeventos esportivos e como estes se constituem em catalisadores de transformações nas cidades. Deciframos a complexidade dos megaeventos com suas lógicas de limpeza social, de remoção, de especulação imobiliária e de segregação territorial e social. Por fim, problematizamos a resistência dos diferentes movimentos sociais, em especial daqueles que historicamente lutaram pela reforma urbana e pelo direito à cidade.

Palavras-chave: Capitalismo. Cidade. Megaeventos esportivos.

ABSTRACT

The article analyze the historical trajectory of mega sporting events in Brazil. As methodology was conducted a bibliographical research, which was based in authors who discuss the process of commodification of cities, city marketing strategies, the mega sporting events and how they are catalysts of changes in cities. Preliminarily we deciphered the complexity of mega-events, with their logic of social cleansing, removals, speculation and spatial and social segregation. Finally, we question the strength of different social movements, especially those who historically fought for urban reform and the right to the city.

Keywords: Capitalism. City. Sporting mega events.

¹ Doutora. Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: aurineidacunha@uol.com.br

² Estudante. Universidade Estadual do Ceará (UECE).

³ Estudante. Universidade Estadual do Ceará (UECE).



1. INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos⁴ o contexto histórico do Brasil no início do século XX, com os eventos esportivos: Copa Sul-Americana de 1919; Copa do Mundo da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) de 1950 e Jogos Pan-Americanos de 1963. Em seguida analisamos os megaeventos: Jogos Pan-americanos de 2007 e as Copas da FIFA.

Como metodologia, foi realizada pesquisa bibliográfica, que se fundamentou em autores como Mascarenhas (2011), Sánchez (2003), Harvey (2011), Maricato (2013, 2014), dentre outros; que discutem o processo de mercantilização das cidades, as estratégias de *city marketing* e os megaeventos esportivos como catalisadores de transformações das cidades.

Portanto, argumentamos que a lógica dos eventos esportivos se alterou, na medida em que os primeiros disputados no Brasil, marcados pelo amadorismo, tinham repercussão mais local e/ou regional, ao passo que na contemporaneidade esses eventos adquiriram abrangência estadual, nacional e internacional, assumindo características de megaeventos, que são instrumentos de investimentos e lucratividade (HARVEY, 2013).

Destarte, problematizamos que este processo é complexo e engendrou uma resistência dos diferentes movimentos sociais, em especial daqueles que historicamente lutaram pela reforma urbana e pelo direito à cidade.

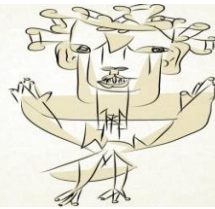
2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Os primeiros eventos esportivos realizados no Brasil: Copa Sul-Americana de 1919; a Copa do mundo da FIFA de 1950 e os Jogos Pan-Americanos de 1963

A partir do fim do século XIX, os contornos da cidade do Rio de Janeiro foram sendo redesenhados, uma vez que a capital da República passava por mudanças em sua estrutura econômica, social e demográfica. Essas modificações ocorreram especialmente depois da abolição da escravatura em 1888, pois os libertos começaram a buscar na cidade emprego e moradia.

Para Chalhoub (1986), neste período a cidade do Rio de Janeiro possuía o maior número de habitantes do País e este crescimento populacional acelerado estava estreitamente

⁴Este artigo foi elaborado a partir da sistematização das reflexões da pesquisa: “A cidade do espetáculo e o espetáculo na cidade: Os impactos das obras da copa nas comunidades no entorno do Estádio do Castelão em Fortaleza”; o projeto conta com duas bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/IC/UECE) e do Projeto de Extensão: “UECE/Serviço Social e as comunidades no entorno do Estádio Castelão: os impactos das obras para a copa de 2014”, com duas bolsas de extensão. Estas atividades estão vinculadas ao Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPESS) e ao Mestrado Acadêmico Serviço Social, Trabalho, Questão Social (MASS).



vinculado “à migração de escravos libertos da zona rural para a urbana, à intensificação da imigração e a melhorias nas condições de saneamento. [...]” (CHALHOUB, 1986, p. 25).

Nesta conjuntura, foi implantado um projeto de reorganização do espaço urbano carioca, que modificasse a imagem do Rio de Janeiro através de obras de embelezamento e saneamento. Com esta lógica, a reforma não se restringiu às obras de reordenamento e extensão da malha de circulação viária, mas também fazia parte de um projeto de aburguesamento da cidade. O objetivo era realizar reformas também nos hábitos sociais, através da imposição de um modo de vida pautado na civilização europeia; “exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense” (CHALHOUB, 1986, p. 169).

Como pontua Mascarenhas et al. (2011), para atender aos padrões burgueses de ordem urbana era necessário que a cidade também se revelasse dotada de intensa vida esportiva, visto que “as nações que aspiravam a um novo estágio civilizatório, cosmopolita e com o almejado reconhecimento no plano global deveriam aderir aos esportes” (MASCARENHAS, et al. 2011, p. 69). Foi dentro deste contexto que o primeiro evento esportivo foi realizado no Brasil, durante o ano de 1919, isto é, o Campeonato Sul-Americano de Futebol (atual Copa América), o qual contou com a participação de quatro seleções: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Este torneio foi fundamental para exibir os novos hábitos cosmopolitas reproduzidos na capital carioca, de forma que esta urbe funcionou como uma vitrine para as demais cidades brasileiras.

Como capital da República, o Rio de Janeiro deveria se apresentar como modelo de cidade, expondo o “valor da nossa raça” e “nossa capacidade organizativa”. “[...] Nessa festejada projeção internacional, deixa claro que está em jogo não apenas exibir o nível de organização de nossos esportes, mas também o produto de nossa civilização [...]” (MASCARENHAS, et al. 2011, p. 71).

Seguindo a trajetória dos eventos esportivos no Brasil, em 1950 o País sediou pela primeira vez uma Copa do Mundo da FIFA. A escolha do Brasil para a recepção da Copa estava envolta ao contexto político da época, pois a Europa, devastada pelos impactos causados pela Segunda Guerra Mundial, não estava com condições de se responsabilizar pela realização do evento. A América do Sul, então, foi escolhida pela FIFA para receber a Copa, tendo em vista que este continente não havia sido tão impactado pela Grande Guerra.

Portanto, o Brasil foi escolhido para sediar o evento e as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba foram as capitais que receberam os jogos da Copa do Mundo de 1950. O País já contava com alguns estádios construídos, em sua maioria durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas (1930 – 1945),



os quais serviram de símbolos para a legitimação do governo getulista, como exemplo a construção do estádio do Pacaembu em São Paulo, inaugurado em 1940.

Neste momento histórico o futebol ainda não era tão popular no Brasil, de modo que a realização da Copa de 1950 ainda não levou os brasileiros aos estádios, com exceção de quando a seleção brasileira entrava em campo. No confronto entre Brasil e Uruguai, ocorrido no Maracanã, 200 mil pessoas, maior público contabilizado durante os jogos de 1950, presenciaram a derrota da seleção brasileira, e o desejo de ser campeão mundial de futebol foi adiado (BARROS, 2012).

Na década de 1960, a quarta edição dos jogos Pan-Americanos, realizada entre os dias 20 de abril a 5 de maio de 1963, ocorreu na cidade de São Paulo, no auge da Guerra Fria e da ideologia do desenvolvimentismo impulsionada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Ao receber o evento, a capital paulista afirmou sua primazia no âmbito esportivo. Mascarenhas et al. (2011, p. 89) apresenta: “assim, em 1963, a cidade de São Paulo já dispunha de um considerável 'parque esportivo' (conjunto de instalações destinadas à prática regular do esporte) [...]”.

É importante apontar que para a realização dos Jogos Pan-Americanos de 1963 foram utilizados equipamentos já existentes na cidade, tais como o estádio do Pacaembu, a Sede da Sociedade Esportiva Palmeiras, o Ginásio do Ibirapuera, o Velódromo do Ibirapuera, o Clube Atlético Paulistano e o Clube Atlético Pinheiros. Desse modo, como não foi necessário construir novas instalações esportivas, os custos desse evento foram baixos em comparação aos parâmetros atuais (MASCARENHAS, 2011). É válido salientar, contudo, que foi construído para os Jogos o prédio da Vila Pan-Americana, que posteriormente passou a abrigar o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP).

Outra característica desses Jogos Pan-Americanos foi que toda a responsabilidade do evento ficou sob o encargo do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), enquanto o poder público teve participação mínima na realização do torneio. Para reduzir os prejuízos do COB, buscou-se o envolvimento e a participação da população, com uma intensa cobertura da mídia. Portanto, percebe-se que a colaboração do Estado nas atividades esportivas, durante esse período histórico, era apenas eventual (MASCARENHAS et al., 2011).

Ressaltamos ainda que, com a realização do Pan-1963, o romantismo no esporte amador foi perdendo espaço para uma indústria que começava a exigir condições materiais de infraestrutura, instalações e equipamentos, já que as competições esportivas alcançaram o cenário mundial e passaram a ser consideradas formas de promoção das cidades (MASCARENHAS, 2011).



Nos argumentos apresentados por Harvey (2013), a realização dos megaeventos, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, possibilitou a recuperação da maioria dos centros urbanos⁵ com megaprojetos, e muitos associam a urbanização ao espetáculo, em que os megaeventos são instrumentos de investimentos e lucratividade. Assim, em seu percurso, os esportes (em particular o futebol) tornaram-se essenciais na criação de novos mercados globais e “o conceito de esportes 'universais', altamente competitivos, nutrido nas nações capitalistas avançadas, foi implantado para transcender barreiras culturais e regulatórias ao redor do mundo. O Capital encontrou no esporte uma forma de se legitimar e de se camuflar” (JENNINGS, 2014, p.56).

2.2. Os megaeventos esportivos no Brasil: Jogos Pan-americanos de 2007 e as Copas da FIFA

A partir dos anos de 1970, intensificou-se o reordenamento da divisão internacional do trabalho, com processos de mudanças tecnológicas e de mobilidade geográfica do capital, o que caracterizou a acumulação por despossessão (HARVEY, 2011). Problematisa o autor que para a reprodução do capitalismo o desenvolvimento geográfico desigual é fundamental, pois a produção do espaço e da urbanização tornou-se um grande negócio, que acontece com a absorção do excedente através da reestruturação urbana como “destruição criadora”, que tem uma “dimensão de classe, pois são geralmente os pobres, os desfavorecidos e os marginalizados do poder político que sofrem especialmente com esse processo” (HARVEY, 2011, p.144).

É interessante o argumento de Maricato (2014), em que a década de 1990 foi marcada por um movimento de renovação urbana, principalmente através do Planejamento Estratégico (inspirado na experiência da cidade de Barcelona), que buscava adequação das cidades às exigências do ajuste ao ideário neoliberal estabelecido por meio do Consenso de Washington. Afirma a mesma autora que “desregulamentação, flexibilização e privatização são práticas que acompanharam a reestruturação das cidades no intuito de abrir espaço para os capitais imobiliários e de infraestrutura e serviços” (MARICATO, 2014, p.19).

As implicações da renovação urbana através dos megaprojetos e meganegócios acarretam um processo em que as obras de infraestrutura e as edificações se constituíram parte essencial para a cidade autônoma, que deve competir por investimentos e “apresentar os serviços e equipamentos necessários, (...) a fim de vender-

⁵A cidade de Barcelona sediou as Olimpíadas em 1992, e passou por profundas intervenções e renovações urbanísticas. Assim, criou-se a ideia de que um megaevento esportivo poderia ser catalisador de transformações urbanas. São outros exemplos deste processo: França (1998), com a Copa do Mundo da FIFA; *Salt Lake City* (2002), com os Jogos Olímpicos e Olimpíadas de Inverno; e Atenas (2004), com as Olimpíadas.



se com competência. Trata-se da 'cidade-mercadoria', da 'cidade-empresa' que deve ser gerida como tal”(MARICATO, 2014, p.20).

Partimos do pressuposto de que as cidades são reinventadas a partir do que elas têm a oferecer e que são levadas a buscar nelas algo para ser vendido, num mercado que é extremamente competitivo (SOARES, 2006). Como as demais mercadorias, necessitam ter sua imagem e função difundidas, de modo que os governos locais utilizam o *city marketing*⁶ e as estratégias publicitárias como instrumentos responsáveis pela criação da imagem da cidade, a exemplo do Rio de Janeiro, sede do Pan-2007, com as imagens-síntese: 'Rio, cidade solar, povoada de gente amiga e feliz'. Nesta perspectiva, para Harvey (2011), é internalizada na reprodução do capitalismo a venda e a apropriação do lugar e o embelezamento da imagem de uma cidade, tomando como base a história, a cultura e as belezas naturais.

Assim, nitidamente, neste processo de divulgação de uma imagem renovada, as cidades passam por uma série de intervenções urbanas a fim de torná-las atrativas e inseri-las no 'novo mapa do mundo'. Por sua vez, sediar megaeventos, principalmente os esportivos, passou a ser considerado como importante catalisador de transformações nas cidades, com o fluxo de investimentos que sua organização atrai, da atenção midiática que recebe e do contingente de indivíduos que são envolvidos pelo espetáculo. Com esta lógica, para Debord (1997, p.17), “o espetáculo é a principal produção da sociedade atual”, e para Sanchez (2003), a noção de cidade-espetáculo, “para explicar algumas das práticas materiais e simbólicas por meio das quais são construídos os processos de renovação urbana, mostra a tendência à espetacularização da experiência urbana” (SANCHEZ, 2003, p. 537).

Na cidade-espetáculo, os eventos esportivos das décadas passadas vêm se transformado em megaeventos, devido à sua magnitude, repercussão e impacto dentro e fora do país que os sediam. Ademais, através dos canais midiáticos (televisão, rádio, internet, jornais, revistas e telefones celulares), o público de milhares nas arquibancadas multiplicou-se para milhões e/ou bilhões de pessoas.

Sob essa perspectiva, o Brasil sediou os Jogos do Pan-2007 na cidade do Rio de Janeiro, e Mascarenhas et al (2011) analisa que as intervenções urbanas para os jogos de 2007 faziam parte do modelo de um urbanismo mercadológico, ou seja, pensado para atender os interesses empresariais. A escolha dos locais para a instalação dos

⁶Segundo Sánchez (2003), o *city marketing* é um mecanismo de venda das cidades e/ou as estratégias de internacionalização das urbes. É uma política que busca alterar o conceito das cidades através de intervenções urbanísticas a fim de projetá-las mundialmente. Esta técnica tem sido amplamente utilizada por inúmeros governos em diversos países.



equipamentos esportivos e das demais intervenções urbanas contribuiu para acirrar as disparidades socioespaciais, pois concentrou investimentos em áreas nobres, contribuindo para a consolidação de um modelo de cidade excludente e segregador. A gestão da cidade buscava atender os “interesses empresariais, concentrando em área nobre (no entorno da Barra da Tijuca) a maior parte dos investimentos: a vila olímpica e a maioria das instalações esportivas” (MASCARENHAS, et al. 2011, p. 42).

É fundamental destacar que as informações difundidas acerca do projeto de intervenção urbana foram as de que ele traria retorno econômico aos mais diversos setores e que seria a oportunidade para renovar a imagem do Rio de Janeiro. No entanto, “os exemplos dos Jogos Pan-americanos de 2007 puderam demonstrar o descaso dos governos com o equilíbrio das contas públicas [...]” (PENNA, 2013, p. 219). O orçamento original do Pan-2007 seria em torno de 260 milhões de dólares. “Essa cifra foi subindo progressivamente, [...] o custo total de 3,7 bilhões de reais, aproximadamente oito vezes maior do que o montante inicialmente previsto” (MASCARENHAS, et al. 2011, p. 51).

O Brasil considerado como ‘o país do futebol’ foi um dos principais argumentos de defesa dos projetos para sediar⁷ a Copa das Confederações da FIFA de 2013, a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Outro argumento do governo era que os investimentos em obras de infraestrutura e de modernização fortaleceriam e acelerariam o desenvolvimento do país. “[...] Sem dúvida, organizar megaeventos esportivos tornou-se, neste início de século, uma meta explícita de política pública no Brasil” (MASCARENHAS et al. 2011, p. 18). Com o reconhecimento dessa oportunidade, o País, utilizando o *city marketing*, divulgou as “imagens-sínteses”. Entre outras particularidades, a hospitalidade e a alegria do brasileiro eram divulgadas: “o povo está de braços abertos para receber pessoas de todos os países para os jogos esportivos”.

Para o megaevento da Copa das Confederações de 2013, torneio oficial da FIFA que serve como treinamento para o país-sede e de teste dos estádios, infraestrutura e capacidade de receber torcedores para a Copa do Mundo, foram escolhidas seis cidades-sede: Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Brasília (DF) Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA). Todos os governos das cidades assinaram um termo de compromisso estabelecido na Matriz de Responsabilidade, que definiu os encargos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal acerca das melhorias nas áreas de

⁷A partir da Copa do Mundo de 2002 ocorreu um processo de transição em direção aos países em desenvolvimento, com África do Sul, Brasil, Rússia e Catar sendo escolhidos para sediar as Copas de 2010 a 2020. “Esse deslocamento foi claramente estratégico, devido aos protestos cada vez mais frequentes contra os megaeventos nos países do Norte” (FERREIRA, 2014, p.11).



infraestrutura presentes nos projetos para a realização das competições, como a construção de estádios, obras de mobilidade urbana, melhorias em portos e aeroportos, dentre outros, em que foi exigido o padrão FIFA (um padrão europeu que é divulgado como “modernização”) nos estádios, nos times, e no futebol como um todo. Cabe ressaltar que, segundo Vainer (2014), a pretexto de renovar os estádios⁸ (chamados de arenas multiúso), alguns dos espaços tradicionais e populares foram destruídos ou reformados, tais como Maracanã, Fonte Nova, Castelão, Beira-Rio, e foram transformados em arenas elitizadas, que serão administradas através de parcerias público-privadas.

O Brasil, para assegurar a realização das duas Copas (Confederações da FIFA e a Copa do Mundo da FIFA), aprovou a Lei Geral da Copa⁹ (LGC, nº 12.663/2012). No art. 11, foi previsto que a União colaboraria com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios que sediassem os eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos locais oficiais de competição, nas suas imediações e nas principais vias de acesso. Já no art. 3º foi concedida isenção de tributos federais incidentes nas importações de bens ou mercadorias necessários à realização dos eventos.

Com isso, a expectativa era de renúncia de tributos federais, estaduais e municipais, como também o possível aumento da dívida pública, seja ela externa ou interna (federal, estadual, municipal e de empresas estatais). Neste sentido, para Vainer (2013) a “FIFA e o COI (...) recebem do governo da cidade: isenções de impostos, monopólio dos espaços publicitários, de equipamentos esportivos resultantes de investimentos públicos” (2013, p. 39).

Em síntese, efetivamente, a Lei da Copa implicou na suspensão da vigência de várias normas legais (viola abertamente¹⁰ o Estatuto do Torcedor, o Estatuto da Cidade, o

⁸ Em relação aos estádios, a iniciativa privada investiu recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para construir ou reformar em São Paulo (estádio do Corinthians), em Porto Alegre (estádio Beira Rio, do Internacional) e o Complexo Esportivo Curitiba do Atlético.

⁹ De acordo com o *site* do Governo Federal sobre a Copa do Mundo FIFA 2014, Portal da Copa, a Matriz de Responsabilidades trata das áreas prioritárias de infraestrutura das doze cidades que receberam os jogos da Copa do Mundo de 2014. O documento assinado pelo então ministro do Esporte, e por onze prefeitos e doze governadores (Brasília, uma das cidades-sede, não tem prefeito), definiu as responsabilidades de cada ente federativo na preparação do evento. Disponível em <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>. Acesso em: 08 jul. 2014.

¹⁰ Um megaevento privado conseguiu assegurar na Lei da Copa, no art. 57 o serviço voluntário, que foi prestado por pessoa física para auxiliar a FIFA, não gerará vínculo empregatício, nem obrigações



Código de Defesa do Consumidor, e as leis trabalhistas), e foi mais um marco legal de adequação jurídica do Brasil às circunstâncias na qual a FIFA exigiu maior grau de ingerências e, conseqüentemente, maior capacidade de exploração de mais-valia. Outrossim, partimos do pressuposto de que “as cidades são objeto fundamental do processo de acumulação de capital na globalização neoliberal, e os megaeventos constituem momentos especiais, potencializados, desse processo” (MARICATO, 2014, p. 22).

Problematizamos que as ambigüidades, diversidades e controvérsias nas análises dos megaeventos no país impulsionaram os movimentos pela reforma urbana, como também os doze Comitês Populares da Copa e sua Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), a mobilizar a sociedade para que a Copa do Mundo não fosse transformada em oportunidade de enriquecer ainda mais aqueles que já são ricos, à custa do sofrimento de quem já sofre em excesso, bem como evitar a articulação entre os interesses empresariais, revestidos de uma bem concatenada estratégia discursiva na qual o interesse do capital se confunde com o interesse de toda a cidade, a destruição do patrimônio histórico-paisagístico-ambiental e a remoção de populações em favor dos grandes interesses imobiliários (ANCOP, 2012).

Nesta perspectiva, a ANCOP divulgou o Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa “Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Brasil”, em que denunciou os efeitos negativos dos megaeventos sobre diversos segmentos sociais, tais como: moradores/as de assentamentos informais, migrantes, moradores em situação de rua, trabalhadores/as sexuais, mulheres, crianças e adolescentes, comunidades indígenas e afrodescendentes, vendedores/as ambulantes e outros trabalhadores/as informais, inclusive da construção civil (ANCOP, 2012, p.95).

Deciframos preliminarmente que os Comitês Populares já estavam nas ruas, com protestos contra os excessos de gastos de recursos públicos em um megaevento privado, e ganharam visibilidade no período de realização da Copa das Confederações¹¹ (15

de natureza trabalhista ou previdenciária, devendo ser exercido mediante a celebração de termo de adesão, no qual conste o objeto e condições de seu exercício, sendo que não descaracteriza a gratuidade do serviço voluntário a concessão de meios para a prestação do serviço, como transporte, alimentação e uniforme. Segundo dados da FIFA, na Copa das Confederações da FIFA 2013, foram 5.652 voluntários. Já o art. 56 da LGC estabeleceu que a União, durante a Copa do Mundo, poderia declarar feriados nacionais nos dias dos jogos da seleção brasileira, enquanto o parágrafo único estatui que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediaram os eventos declararam feriado ou ponto facultativo nos dias em que ocorreu jogos em seus territórios. Este artigo garantiu a mobilidade de todos os envolvidos nas cidades-sede do megaevento e restringiu as liberdades civis e o direito à cidade da população. Lei Geral da Copa (LGC, nº 12.663/2012). Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1032211/lei-12663-12>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

¹¹Na análise de Secco (2013) nas Jordanas de Junho, em São Paulo, com a utilização das novas tecnologias de informações e comunicação (TICs), “participaram manifestantes tinham menos de 24 anos (53%); 77% tinham ensino superior, 84% não tinham preferência partidária; e 71% participavam



a 30 de junho de 2013), que acabou se tornando a 'Copa das Manifestações', por conta dos megaprotestos e megamanifestações. Para Rolnik (2013, p.8), “pensar essas manifestações como um terremoto (...) que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de propriedade e paz fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos”. Corroborando, para Vainer (2013), não há como não reconhecer a “conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 [...]”(2013, p; 37).

Cabe ressaltar que nas seis cidades-sede da Copa das Confederações e em outras cidades do Brasil as ruas foram tomadas por dezenas, centenas e milhares de manifestantes, com diferentes reivindicações, entre estas as pautas históricas da reforma urbana, tais como: mobilidade, transporte, saúde, educação, segurança, moradia, as quais foram articuladas com o tema dos megaeventos (o que é corroborado por palavras de ordem como: “Copa para quem?,” “Quem ganha esse jogo?,” “Da Copa eu abro mão, eu quero saúde e educação”, entre outros) e suas lógicas de gentrificação, de limpeza social, de remoção de comunidades para novas periferias urbanas (por conta do aumento do preço dos aluguéis e dos imóveis) nas cidades-sede, que acentuaram os processos de especulação imobiliária, da desigualdade social e da segregação territorial no país.

Em suma, entre consensos e dissensos, é necessário considerar que a novidade foi que as megamanifestações transformaram a Copa das Confederações, evento com extraordinária visibilidade, local, nacional e internacional, em um importante momento de reverberar as lutas nas cidades-sedes, pois o direito de participar na construção da geografia do capitalismo é um direito em disputa, em particular o direito à cidade pois: “a luta pelo direito à cidade merece ser realizada. Deve ser considerada inalienável. A liberdade da cidade ainda precisa ser alcançada. A tarefa é difícil e pode tomar muitos anos de luta” (HARVEY, 2013, p. 34).

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, constatamos o quanto os eventos esportivos foram se metamorfoseando. Outrora, eram espaços dedicados para a realização de atividades

pela primeira vez de um protesto” (SECCO, 2013, p.71). Também foram protagonistas das megamanifestações movimentos históricos, que sempre estiveram nas ruas, a exemplo do Movimento Passe Livre (MPL), que iniciou os protestos contra a tarifa do transporte em São Paulo, e tinha como pauta o passe livre, surgido no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Já o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que tem uma longa história (são mais de vinte anos), com a pauta da moradia digna e da reforma urbana, lançou a campanha: “Copa Sem Povo, Tô na rua de Novo”. Estes movimentos e tantos outros não tinham a cobertura da mídia em suas atividades, e a Copa serviu para reverberar suas lutas.



esportivas das mais distintas categorias entre atletas de diferentes localidades. Na contemporaneidade, os eventos, principalmente os esportivos, tornaram-se megaeventos, que vêm possibilitando a renovação de centros urbanos com megaprojetos que associam a urbanização do espetáculo à realização dos megaeventos que são catalisadores de investimentos e lucratividade. Assim, em seu percurso, os esportes (em particular o futebol) tornaram-se essenciais na criação de novos mercados globais.

Com esta lógica, o Brasil passou a sediar megaeventos esportivos (Pan-2007, Copas da FIFA e Olimpíadas), e através do *city marketing* criou e divulgou uma imagem renovada. As cidades brasileiras passaram por intervenções urbanas a fim de torná-las atrativas e inseri-las no “mapa do mundo”. Por sua vez, entre consensos e dissensos, sediar megaeventos esportivos passou a ser considerado como um importante mecanismo de transformações das cidades, mesmo resultando em gentrificação, limpeza social, remoção, especulação imobiliária, desigualdade social e segregação territorial no país.

Como notas conclusivas, é importante afirmar que este processo é complexo e engendra uma resistência dos diferentes movimentos sociais, em especial daqueles que historicamente lutaram pela reforma urbana, como também dos doze Comitês Populares da Copa e sua Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), que foram para as ruas, com protestos contra os excessos de gastos de recursos públicos em um megaevento privado, e ganharam visibilidade no período de realização da Copa das Confederações, que acabou se tornando a 'Copa das Manifestações', momento de intensa visibilidade da questão urbana, em particular da pauta da luta pelo direito à cidade que “(...) não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas” (HARVEY, 2013, p. 33).

4. REFERÊNCIAS

BARROS, Ciro. As lições de 1950 para 2014: O que a Copa de 1950 tem a nos ensinar? Autores do livro “1950: O Preço de Uma Copa” respondem. Fonte: **A Pública**: Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo Pública, 16 out. 2012. Disponível em: <<http://apublica.org/2012/10/licoes-copa-1950-copa-do-mundo-2014-megaeventos/>> Acesso: 17 jun. 2014.

BRASIL. Matriz de responsabilidades. **Portal da Copa**: Site do Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo FIFA 2014. Disponível em <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>. Acesso em: 08 jul. 2014.

BRASIL. **Lei Geral da Copa** (LGC, nº 12.663/2012) Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1032211/lei-12663-12>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense. 1986.



COSTA, Giuliana. Sediar megaeventos esportivos vale a pena?. In: **Rev. O social em questão**: grandes eventos e seus impactos sociais. Ano 16, n. 29, 1-2013. p. 159-178.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Editora Contraponto.1997

DOSSIÊ DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA: **Mega eventos e violação dos direitos humanos no Brasil**, 2012 (PDF). Disponível em <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%C3%AA-nacional-de-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos. Acesso em: 18 jun. 2014.

FERREIRA, J.S.W. Apresentação um teatro milionário. In: JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antonio et al. **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?.. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____: **Urbanização incompleta é estratégia do capital** 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/2669>. Acesso em: 08 jul. 2014.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

JENNINGS, Andrew. A máfia dos esportes e o capitalismo global. In: JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antonio et al. **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?.ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

MARICATO, Ermínia. A copa do Mundo no Brasil: tsunamis de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antonio et al. **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas?. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

_____ et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar; BIENESTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. **O jogo continua**: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2011. 302 p.

PENNA, Adriana. Megaeventos esportivos no Brasil: raias abertas para a corrida do capital. In: **Rev. O social em questão**: grandes eventos e seus impactos sociais. Ano 16, n. 29, 1-2013. p. 209-234.

ROLNIK, Raquel. Apresentação. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SECCO, Lincoln. As jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

**VII Jornada
Internacional
Políticas Públicas**
25-28 agosto 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
Cidade Universitária da UFMA
São Luis/Maranhão - Brasil



**PARA ALÉM
DA CRISE
GLOBAL:
EXPERIÊNCIAS E
ANTECIPAÇÕES
CONCRETAS**



VAINER, Carlos. Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?. In. JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antonio et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

_____. Quando a cidade vai às ruas. In. MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1.ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.